

Emulação, efeito demonstração e dependência: uma análise das contribuições de Veblen para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento periférico

Ademir P. Vilaça Jr.*

Octavio A. C. Conceição **

Resumo: O presente artigo procura fazer uma releitura da dinâmica de desenvolvimento periférica, incorporando algumas das contribuições de Veblen acerca do nexos causal existente entre indivíduos e estrutura institucional. Ao enfatizar a importância das instituições para a consolidação de convenções socialmente aceitas, argumenta-se que o processo de desenvolvimento periférico apresenta um componente interno de estratificação social que contribui para perpetuar a disparidade frente ao centro. Para tanto, incorpora-se a noção vebleniana de emulação como raiz analítica do efeito-demonstração, em um processo de difusão de padrões de consumo e produção para os outros estratos da sociedade. Esse é um processo *path-dependet* que condiciona as trajetórias tecnológicas da acumulação de capital e dos padrões de consumo que são continuamente difundidos, em um processo de retroalimentação que gera uma estrutura produtiva com grande concentração de renda.

Palavras-chave: crescimento periférico, cumulatividade e instituições

Classificação JEL: 043

* Economista do DIEESE – RS e mestrando em Economia do Desenvolvimento da UFRGS. E-mail: ademirvilaca@gmail.com

** Professor Associado do Programa em Pós-Graduação em Economia da UFRGS. E-mail: octavio@ufrgs.br.

A dinâmica de crescimento de países periféricos é objeto corrente de estudo na literatura brasileira. A escola estruturalista é um dos primeiros esforços de sistematização teórica do desenvolvimento *sui genesis*, procurando identificar fatores-chave e explicitar seus mecanismos de interação para entender melhor a dinâmica de acumulação. A principal crítica atribuída aos escritos originais de Prebisch (1963), Furtado, Anibal Pinto e outros... é de ênfase excessiva de fatores externos sobre a conformação da atividade nacional. Rodriguez (2009) elenca os principais esforços teóricos para aprimorar a elaboração inicial, com destaque para Echavarría (1964), Ruy Mauro Marini (1973), Francisco de Oliveira (1981) e Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso (1970). Esta última procura incorporar os estamentos políticos na conformação do processo de crescimento, revivendo as contribuições de Faoro (1973), ainda que utilizem uma abordagem distinta.

Por conta desta suposta insuficiência, julgamos relevante incorporar à tradição cepalina elementos analíticos que estão implícitos no raciocínio dos pioneiros da abordagem. Sem intenção de cometer exageros, muito menos em subestimar a relevância da contribuição cepalina, e levando-se em conta as circunstâncias, tempo e lugar em que foram concebidas, tomamos por hipótese neste artigo que o pensamento cepalino e sua abordagem acerca do processo de desenvolvimento econômico têm vários pontos em comum com a perspectiva analítica institucionalista. Por esta razão, tentaremos explorar alguns nexos que possam revitalizar e fortalecer esta percepção. A abordagem institucionalista é relevante na medida em que fornece elementos para compreender como a dinâmica econômica tem reflexos diretos sobre a conformação social, constituindo um aspecto interno que contribui para a reprodução do sistema econômico e social da periferia. Esse conjunto complexo interage com o sistema econômico mundial a partir do comércio, interligando (parcialmente) as estruturas produtivas do centro econômico global e da periferia.

A primeira parte do trabalho descreve a contribuição institucionalista sobre a relação indivíduo-estrutura como um processo cumulativo e de interação mútua na conformação de hábitos e convenções que se tornam socialmente legítimos, mas que são passíveis de mudança uma vez que são reflexos dos próprios indivíduos. Em seguida, procura-se aprofundar a compreensão do nexos causal indivíduo e estrutura no sentido de conformar padrões socialmente aceitos. Uma vez que a interação é cumulativa, se retroalimenta e condiciona o leque de trajetórias possíveis, as instituições adquirem importância significativa para analisar de forma distinta a relação micro-macro na teoria econômica. Essa relação é

consubstanciada na interação existente entre hábitos e instituições na conformação de padrões de comportamento socialmente estabelecidos e sua influência sobre os indivíduos.

Para tanto, devemos traçar como ocorre a dinâmica de reprodução. A partir da abordagem estruturalista, são apresentados os mecanismos essenciais que garantem um crescimento do sistema econômico sem superar a diferença relativa ao centro. Uma vez explicitada a especificidade periférica, recorreremos à nova abordagem de análise das relações entre indivíduos e estruturas sociais para argumentar que a evolução dessa sociedade apresenta aspectos internos de estratificação social que condicionam sua trajetória de desenvolvimento. Estes aspectos se manifestam no processo de diferenciação da estrutura social, com a consolidação de padrões de consumo que conferem *status*, tornando-se socialmente preferíveis. Isso realimenta o processo de acumulação de capital que não quebra efetivamente os laços de dependência, apenas assume formas mais complexas de interação que entre os polos do sistema econômico global. O crescimento periférico, ainda que inegável, se deu em uma relação que mais próxima do comensalismo do que da simbiose com o centro hegemônico.

Para analisar como ocorre a difusão dos padrões socialmente legitimados como superiores, procura-se elucidar a importância da emulação para o processo de diferenciação da estrutura sócia. Ela atuando no sentido de uma contínua diferenciação pela classe ociosa vebleniana ao mesmo tempo em que induz a busca pela equalização para os outros estratos sociais inferiores. Argumenta-se que essa segmentação realimenta a conformação da estrutura produtiva, pois condiciona a evolução dos perfis da demanda (com a difusão de convenções acerca do padrão de consumo) e da oferta (com a adoção de um padrão específico de acumulação de capital) e a interação dos mesmos com a estrutura econômica de outros países a partir do comércio internacional.

Em seguida, a diferenciação social é analisada sob o âmbito das interações entre os diferentes grupos que compõem a sociedade periférica e contribuem para sua reprodução. O efeito-demonstração influencia tanto as relações sociais quanto as de produção, estabelecendo a conformação social e a trajetória tecnológica sem perder o vínculo externo. Os mecanismos econômicos de reprodução material tendem a reiterar as diferenças estruturais entre centro e periferia, ao passo que a relação entre indivíduo e estrutura social (constituída a partir da legitimação social de hábitos e instituições), condiciona a evolução das relações sociais, com impactos cumulativos que afetam as possíveis trajetórias de evolução de ambas as esferas.

Reconstitutive downward effects, cumulatividade e instituições

Veblen, em “A Teoria da Classe Ociosa” (1899), argumenta que o papel dos indivíduos na constituição do ambiente institucional tem um duplo caráter. Ele tanto influencia, através de seus hábitos, crenças, padrões de comportamento e estratégias de ação, quanto é influenciado, através da cultura, das rotinas estabelecidas e dos padrões de emulação. Ou seja, os indivíduos influenciam e são influenciados pelas instituições. A este processo Hodgson (2005) designou *reconstitutive downward causation (ou effects)*. Tal proposição é derivada da “velha” ou *Original Institutional Economics* de Thorstein Veblen (1857 – 1929), que sempre teve presente tais interações, as quais culminariam no que ele designou “causação cumulativa”.

O processo cumulativo era alimentado pelas mutações ao longo da progressão (ou evolução) do processo de crescimento e consolidação institucional. Nesta formação estava implícito que o “velho” ou antigo arcabouço institucional para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social - que os neo-schumpeterianos vieram, nos últimos anos, a designar de paradigma tecno-econômico -, desdobrava-se em novas trajetórias, que brotavam pelas sucessivas mutações, trazendo “novidades sistêmicas”, acompanhadas de novas instituições, que substituíam, de forma irreversível, o velho paradigma pelo novo.

Assim, o processo adaptativo tem um caráter duplo: “... according to Veblen (1899, p. 190), the adaptive process works through both ‘a selection between stable types of temperament and character’ and ‘an adaptation of men’s habit of thought to changing circumstances’” (Hodgson, 2007). Ou seja, a interação dos indivíduos com as instituições, através de seus hábitos de pensamento, conduz, por meio das próprias instituições, ao desenvolvimento da sociedade.

Sob a ótica vebleniana, a evolução das instituições não implica que elas sejam explicadas em termos de suas eficiências relativas em organizar a vida econômica dos homens. Em primeiro lugar porque as instituições se adaptam a partir de circunstâncias passadas, o que, necessariamente, implica em não estarem em perfeito acordo com as demandas que surgem continuamente. Como salientou Veblen (1899, p. 191): “When a step in the development has been taken, this step itself constitutes a change of situation which requires a new adaptation; it becomes the point of departure for a new step in the adjustment and so on interminably”.

Em segundo lugar, a evolução das instituições não implica em explicá-las em termos de eficiência relativa porque a mudança nos hábitos e nas formas de pensamento se processa de forma lenta e complexa, sendo difícil sua caracterização instantânea. Neste sentido, há, em Veblen, uma grande diferença entre o comportamento dos ricos e o resto da comunidade devido ao fato que nos primeiros persiste um caráter conservador aos princípios vigentes. Em seus termos: “The members of the wealthy class do not yield to the demand for innovation as readily as other men because they are not constrained to do so”. Ou seja, os membros da classe privilegiada têm ‘a material interest in leaving things as they are’ (ibid., p. 206). Essa resistência à mudança é um mecanismo para garantir a manutenção de seus privilégios de classe frente a outros estratos sociais.

Em terceiro lugar, enquanto as classes inferiores tem um grande interesse na transformação da sociedade, elas, ao mesmo tempo, carecem de tempo e de energia para promoverem tais mudanças. Normalmente, estas classes estão subordinadas à hegemonia cultural imposta pelas classes privilegiadas, como já destacou Furtado (1986). Por conta disto, e devido ao ‘prescriptive example of conspicuous waste and conservatism’ (ibid., p. 205) das classes ricas, as classes inferiores gastam uma grande quantidade de energia buscando imitá-las, ao invés de tentar transformar os hábitos predominantes e criar uma identidade efetivamente autônoma.

Por fim, mudanças “eficientes” da sociedade são difíceis de ocorrer devido ao que se denomina “complementaridades institucionais” que caracterizam o sistema econômico. Tais complementaridades são os códigos de propriedades, convenções e costumes em voga em determinada época e entre algumas pessoas. Constituem as características de um todo orgânico, de maneira tal que, qualquer mudança apreciável em um ponto do esquema, envolve mudanças ou reajustamentos em outros pontos, se não uma reorganização geral.

A relação indivíduo-estrutura

A relação entre indivíduos e estrutura constitui um dos problemas centrais nas ciências sociais. Este é um ponto de partida vebleniano e institucionalista que é necessário para a inter-relação com as abordagens que propõem tal vinculação. Apesar de parecer óbvio, grande parte do *mainstream* não pensa assim. Bastariam bons fundamentos macro e microeconômicos para assegurar a “boa performance”, sem a adequada mediação estrutural,

que, aliás é desnecessária, por fugir dos bons fundamentos. Fundamentos não explicam estrutura, apenas acomodam-na.

Os recentes desenvolvimentos na teoria social sobre a relação entre estrutura e agência humana adicionam o conceito de hábito, que aglutina ambos. Tal noção origina-se do pragmatismo e da economia institucional vebleniana. Os processos de “habituação” proporcionam o mecanismo de *reconstitutive downward causation*, onde as circunstâncias institucionais afetam as preferências individuais, de forma interativa e retroalimentadora. E é esta interação mútua que se relaciona com a abordagem evolucionária.

Este é o sentido em que estrutura social e indivíduos sempre interagem. As instituições são resultado de hábitos, crenças e padrões de comportamento dos indivíduos ao mesmo tempo em que repercutem, reforçando ou não, as convenções que regem o referido padrão de comportamento vigente. A ação individual materializa-se da base para o topo e a ação coletiva faz o caminho contrário através das instituições. Esta é a razão que levou o pensamento institucionalista, herdeiro da tradição de Veblen, a questionar tanto o individualismo metodológico, quanto o coletivismo metodológico. Ambos são insuficientes para apreender a dinâmica de ação conjunta e simultânea de indivíduos e estruturas na conformação social.

Tais aspectos metodológicos têm uma importância fundamental para a análise teórica e empírica em economia, como se verá neste texto. Procuramos analisar que o problema indivíduo-estrutura tem, atualmente, duas implicações que devem ser enfatizadas. A primeira é a crítica ao que é designado de “individualismo metodológico”, que envolve noções como o reducionismo. Tal noção negligencia as estruturas, instituições e organizações, que deveriam ser também analisadas em termos de indivíduos e suas partes. A segunda implicação é a argumentação segundo a qual a concepção de “agente humano” deve ser profundamente reformulada, em contraste com a concepção dominante no *mainstream* econômico e social.

Partindo da filosofia e psicologia pragmática e da economia institucional de Thorstein Veblen, restaura-se a noção de “hábito” como mecanismo central para explicar as ações e crenças individuais. Tal incorporação analítica traz novos elementos à compreensão da relação agência-estrutura, ou indivíduo-instituição, e de como ela tende a se manifestar tanto pela esfera de consumo quanto pela esfera de produção em um processo cumulativo que perpassa todos os estratos sociais e delimita as possíveis trajetórias evolutivas.

Instituições, indivíduos e a relação micro-macro

A economia institucional tem um sistema macroeconômico centrado no exame dos padrões e regularidades do comportamento humano, buscando identificar alguns conceitos como o da imitação, inércia, *lock-in* e “causação cumulativa” (Hodgson, 1998, p. 171). As regularidades ou estabilidades no nível sistêmico ocorrem, não apesar de, mas devido às variações no micro nível. Neste sentido, em sintonia com os neo-schumpeterianos, as mutações ou estabelecimento de novas regularidades do processo de destruição-criadora, eclodem do nível micro e tomam forma “agregada” no plano macro.

Tal perspectiva é bastante diferente da construção microeconômica a partir de “sólidos microfundamentos”, dos quais derivariam as regularidades macroeconômicas, como o faz a abordagem *mainstream*. As regularidades do institucionalismo manifestam-se no nível sistêmico (através do mecanismo de *reconstitutive downward causation*), e são reforçadas por *feedbacks* positivos, que reagem novamente (*reinforcement*) sobre o nível macroeconômico, estabelecendo uma permanente interação micro-macro. Observe-se que nenhum dos elementos constitutivos desta interação são tidos como “dados”: há permanentemente a possibilidade de surgirem inovações oriundas do comportamento dos próprios agentes e da evolução das instituições.

Os hábitos dos indivíduos tanto fortalecem, quanto são fortalecidos pelas instituições. Este círculo de engajamento mútuo dota as instituições de um padrão qualitativo de inércia e estabilidade, gerando também uma estrutura cognitiva de interpretação das informações e dados, que reforçam, por sua vez, de maneira cumulativa, os hábitos e as rotinas. Essa inércia, ainda que contribua para uma relativa estabilidade das instituições, não implica de forma alguma a imutabilidade das mesmas. Ao contrário, a própria dinâmica de interação entre as esferas micro e macro contribui para que as mudanças institucionais ocorram.

Nesta dinâmica, a “autonomia” da macroeconomia e a operacionalidade dos agregados devem ser reavaliadas: a forma “reducionista” de análise que vê a macroeconomia como necessariamente explicada em termos microeconômicas (qual seja, a derivação do comportamento do agregado explicado a partir do desagregado) perde sentido. As instituições quebram esta possibilidade e o reducionismo desaparece. O que se estabelece é um processo

de “causação cumulativa”, que define padrões de conduta e hábitos que se reforçam mutuamente.¹

Uma vez que as instituições estabelecem certo grau de inércia e estabilidade durante longos períodos de tempo, elas constituem a unidade básica de análise na referida abordagem. Assim, os institucionalistas centram-se nas características específicas de instituições também específicas, ao invés de construir modelos gerais e a-históricos centrados nos agentes individuais. Como eles se relacionam através de instituições, razão pela qual é impossível tê-los como exógenos, como faz a abordagem convencional.

Porém, tal proposição não pode ser confundida com o coletivismo metodológico, onde o comportamento do indivíduo é totalmente explicado em termos de ambiente institucional e cultural. O comportamento da parte pode ser explicado pelo todo, na medida em que esta parte também influencia interativamente a formação do todo. Ou seja, assim como as estruturas não podem ser adequadamente explicadas em termos individuais, os indivíduos não podem adequadamente ser explicados em termos de estruturas.

Estas proposições confrontam o projeto dos microfundamentos do *mainstream*, que esbarra na impossibilidade de ser modelado em termos de indivíduos. Para os institucionalistas, há dois níveis de análise: o micro e o macro. Mesmo que cada um preserve sua relativa autonomia teórica, ambos são, ao mesmo tempo, conectados através de vínculos conceituais e explicativos.

A crítica ao *mainstream* não torna o institucionalismo necessariamente inapto à construção de modelos e de fazer previsões, mas o faz levando em conta a persistência dos hábitos, o *lock-in* e os mecanismos de *self-reinforcement*, que implicam análises tanto quantitativas, quanto qualitativas. Ou seja, ao invés de centrar-se na interpretação dos modelos em si, a análise institucionalista busca outro método, cujas mediações com os indivíduos, *lock-in* e *self-reinforcement* estabelecem outra ontologia, centrada em novo nexo metodológico, como se verá na sequência.

¹ Uma importante observação de Hodgson (1998, p. 172) relativa à importância do velho institucionalismo é que a contribuição de Mitchell e seus colegas do *National Bureau for Economic Research* desempenhou, nos anos 20 e 30, papel decisivo na contabilidade nacional e no estudo dos agregados macroeconômicos, que passaram a assumir uma nova legitimidade empírica, teórica e ontológica. Sua incursão contra o reducionismo criou espaço para a revolução keynesiana, o que explica a afinidade até hoje existente entre institucionalismo e pós-keynesianismo.

Um novo nexa metodológico: dos hábitos às instituições

A partir da rejeição do *approach* neoclássico, centrado na maximização da utilidade dos indivíduos, os velhos institucionalistas centram-se na “agência humana”. Tal influência é derivada de duas correntes do início do século XX, da psicologia, de William James e William McDougall, e da filosofia pragmática, de Charles Sanders Peirce. Em todos eles há forte influência da biologia darwiniana, que passa a centrar-se crescentemente nas noções de hábito como base da ação humana e das crenças.

Hábito, segundo definição formulada por Hodgson (op. Cit), é a propensão não-deliberada e auto-realizada de engajamento em um padrão de comportamento previamente adotado. É um padrão de comportamento autossustentado estabelecido a partir de situações repetitivas. Ao contrário do *mainstream*, que vê os hábitos como derivados do comportamento racional e resultado de escolhas prévias, para os velhos institucionalistas há uma inversão desta lógica: a escolha racional é que deve ser explicada em termos de hábitos. Ou seja, os hábitos se vinculam ao conhecimento e às crenças, contribuindo para sua consolidação e legitimação social. Em termos evolucionários, todas as ideias, crenças, preferências e cálculos racionais são adaptações evolucionárias às circunstâncias, que se estabelecem através da consolidação de hábitos.

Walton Hamilton (1932, p. 84) forneceu uma importante definição de instituição conectando-a com a noção de hábitos. Para ele, instituição é “*a way of thought or action of some prevalence and permanence, which is embedded in the habits of a group or the customs of a people.*”. Tal definição caminha no mesmo sentido da clássica definição de Veblen (1919, p. 239 *apud* Hodgson, 1998, p. 179), segundo a qual instituição é um conjunto de hábitos de pensamento comum à generalidade dos homens. Já a NEI, em contraste, e naturalmente, não inclui em sua definição a noção de hábitos, mas opta por uma definição mais restrita, onde aparece como “regularidades gerais do comportamento social” (Schotter 1981, p. 11) ou como “the rules of the game in society or . . . the humanly devised constraints that shape human interaction” (North 1990, p. 3 *apud* Hodgson, 1998, p. 179).

Todas estas definições incorporam pontos em comum que podem ser agrupados nas seguintes características:

- Todas as instituições envolvem interação com agentes, com retorno de informações;
- Todas as instituições têm um número de concepções, características comuns e de rotinas;

- Instituições sustentam e são sustentadas por concepções compartilhadas e por expectativas, ambas conformadas socialmente;
- Embora não sejam imutáveis, as instituições têm qualidades relativamente duráveis, autoalimentadoras (*self-reinforcing*) e persistentes;
- Instituições incorporam valores e processos de avaliação normativa. Em particular, as instituições realimentam sua própria legitimação moral: razão pela qual sua persistência é frequentemente, certa ou erradamente, vista como moralmente justa.

Como conclusão, apesar das divergências e semelhanças, o que distingue o velho do novo institucionalismo é o conceito de hábito como elemento central. Para os “velhos”, os hábitos são vistos como cruciais à formação e manutenção das instituições, uma vez que fazem parte da estrutura cognitiva dos indivíduos. Esta, por sua vez, permite o aprendizado e o conhecimento dos mesmos, dentro da respectiva estrutura institucional. Portanto, a habilidade de aprendizado encontra-se *embedded* nos hábitos, que formam as instituições. Em uma aproximação com a linguagem neo-schumpeteriana tem-se que:

“Habits and routines thus preserve knowledge, particularly tacit knowledge in relation to skills, and institutions act through time as their transmission belt. Institutions are regarded as imposing form and social coherence upon human activity partly through the continuing production and reproduction of habits of thought and action. This involves the creation and promulgation of conceptual schemata and learned signs and meanings. Institutions are seen as a crucial part of the cognitive processes through which sense-data are perceived and made meaningful by agents”.(idem, p. 180)

Desta maneira, o velho institucionalismo vê os hábitos de comportamento como inter-relacionados às estruturas institucionais, onde ambos se reforçam mutuamente. A escolha das instituições como unidades de análise não significa que o papel dos indivíduos é periférico e subordinado às instituições. A dualidade entre ambos é necessária: tanto indivíduos, quanto instituições são mutuamente constitutivos um do outro. Instituições moldam e são moldadas pela ação humana. A este conceito interativo Hodgson (2006a) designou *Reconstitutive Downward Causation*, ou *Effects*.

Desta forma, entende-se que uma (re)leitura cepalina sobre a forma ou padrões de industrialização que tomaram forma na América Latina, não pode, em nossa visão, prescindir das contribuições institucionalistas aqui esboçadas. Em especial, a incorporação da relação indivíduo-instituição é de grande valia para uma nova interpretação analítica, capaz de fazer frente aos novos desafios interpretativos dos tempos modernos. Assim, partimos para uma explicação acerca do regime de acumulação de capital na periferia para estabelecer os nexos causais que possibilitam a reprodução da dinâmica periférica sem superar o atraso relativo

Trajetórias de acumulação, emulação e dinâmica social

A partir da incorporação da importância dos hábitos para consolidar convenções socialmente legitimadas, procura-se mostrar que os fatores internos de reprodução da dinâmica periférica estão presentes na análise estruturalista, ainda que de forma subsumida e pouco trabalhada. Esse papel secundário se deve tanto à predominância de aspectos econômicos nas abordagens dos primeiros autores, quanto pela própria dificuldade de desnudar devidamente o tema na época de formação e consolidação da teoria. Ainda que exista um viés economicista nas primeiras obras cepalinas, Rodriguez (2009) identifica como os esforços subsequentes buscaram analisar aspectos sociais que contribuíam para um processo de reprodução social e os respectivos impactos sobre os padrões de consumo e de acumulação de capital. Nesse sentido, as trajetórias de evolução tecnológica estão ligadas aos padrões distributivos que se conformam e se retroalimentam condicionado as possibilidades de reprodução futur.

O próprio Prebisch já sinaliza que os fatores sociais são cruciais para a consolidação da economia periférica (apud Rodriguez, 2009), mas procura identificar primeiramente as condições econômicas materiais que caracterizam o processo de acumulação da periferia. Nos anos 1960, Echavarría (1959) contribui nesse sentido ao incorporar aspectos weberianos na conformação da racionalidade específica de um conjunto social. A abordagem da dependência de Fernando Henrique e Faletto (1970) também segue nesse sentido, ao passo que a abordagem de Frank (1967) adota uma perspectiva marxista no processo de acumulação de capital e das relações econômicas estabelecidas entre polos e satélites².

² Uma descrição detalhada das 3 correntes citadas (Prebisch, Echevarria e FHC e Faletto) encontra-se em Rodriguez (2009)

Partindo das bases materiais descritas e analisadas pela abordagem estruturalista, procura-se argumentar que os elementos da dinâmica interna atuam cumulativamente na diversificação (ou não) da estrutura produtiva, e que esse elo é estabelecido a a partir da contribuição de Veblen acerca do processo de estratificação social tendo como epicentro a classe ociosa. A interação indivíduo-estrutura consolida hábitos e convenções que interatuam com os padrões de consumo e produção vigentes no sistema econômico. É a partir dessa interação que surgem as possíveis trajetórias de evolução.

A internalização de padrões externos ocorre pelo efeito-demonstração, onde as classes ricas periféricas tornam-se eixo de transmissão dos padrões estrangeiros para o resto da sociedade. A adoção de padrões externos como referência social ocorre tanto na esfera das relações sociais quanto na consolidação da estrutura produtiva. Uma vez legitimadas, as relações sociais e de produção tornam-se convenções que influenciam a maneira como o sistema se reproduz. Furtado (apud Rodriguez 2009) destaca que esse processo vai além da esfera econômica e afeta a consolidação dos valores dessa sociedade, e que essa “transculturação” contribui para restringir o potencial inovativo dos países periféricos.

Esta peculiaridade contribui para perpetuar a reprodução do sistema periférico nos âmbitos econômico e social. Pelo lado do processo de acumulação de capital, a adoção de um paradigma tecno-econômico determina a trajetória tecnológica, direcionando o comportamento futuro da oferta a partir da incorporação de tecnologias gestadas em outros países. A dinâmica social difunde as preferências da elite, e na medida em que esses padrões são legitimados socialmente, ocorre a transmissão da lógica de reprodução do sistema para os outros estratos sociais. Isso representa uma demanda latente que contribui para a realização (venda) das mercadorias, validando o padrão de produção. O processo de acumulação de capital não pode ser dissociado da maneira pela qual se conformam e estruturam as relações sociais vigentes, porque é sob a égide dessas relações que a produção circula e se realiza.

Para compreender a diferenciação da estrutura social, recorre-se à ideia Vebleniana de emulação, considerada a raiz analítica do efeito-demonstração. Para construir essa relação, em um primeiro momento, são brevemente sistematizadas as especificidades do processo de acumulação de capital desses países no que se refere às condições materiais de reprodução sociais. A abordagem estruturalista é o pano de fundo para identificar os fatores que contribuem para a reiteração das diferenças entre estruturas produtivas.

Em seguida, são identificados aspectos sociais que contribuem para reforçar a particularidade do crescimento periférico, demonstrando que o processo de estratificação

social tem uma relação múta com a acumulação de capital que condiciona as possibilidades de desenvolvimento a partir do padrão distributivo e das trajetórias tecnológicas vigentes. Nesse sentido, o efeito-demonstração contribui para legitimar socialmente padrões de consumo que afetam a conformação da estrutura social. Essa legitimação ocorre pela consolidação de hábitos e convenções em um processo contínuo e interativo entre indivíduos e estrutura institucional. A emulação também ocorre do ponto de vista da adoção de tecnologia externa, que se diversifica sem efetivamente romper a dependência tecnológica em relação ao centro.

O efeito demonstração é analisado sobre a ótica de diferenciação social de Veblen, que denota a importância da classe dominante (classe ociosa) na conformação das estruturas sociais³. Nesse sentido, procura-se afirmar que a evolução dessas estruturas sociais também atua cumulativamente para a dinâmica de reprodução do sistema periférico. O ponto aqui não é tentar enquadrar a teoria cepalina como institucionalista, mas buscar elementos da contribuição de Veblen para explicar como a dinâmica econômica tende a se manifestar em diferentes aspectos sociais que transcendem a esfera de produção, em um processo de conformação/consolidação de uma estrutura institucional que molda o comportamento os indivíduos e que também pode ser modificada por eles. A emulação contribui para que as relações estabelecidas no âmbito econômico também tenham uma expressão eminentemente social, arraigando-se na sociedade e consolidando-se como um aspecto cultural da mesma.

O próprio crescimento econômico tem um efeito duplo sobre o processo de difusão de hábitos e convenções. Diminui (ainda que em graus distintos entre países) os custos de produção das mercadorias, tornado-as mais acessíveis para outros segmentos (efeito *trickle-down*). Paralelamente, a expansão da estrutura econômica se manifesta como melhoria do padrão ocupacional da economia, o que aumenta o poder de consumo de outros estratos sociais. A difusão dos padrões preferíveis contribui para escoar a produção, o que reforça o processo de acumulação e viabiliza o investimento no desenvolvimento e introdução de novos produtos (inicialmente de luxo). Assim, configura-se um processo de contínua diferenciação/difusão (produtiva e social) que acentua o processo de acumulação de capital ao mesmo tempo em que influencia a estrutura de relações sociais.

³ É importante ressaltar que o termo classe não denota a posição econômica do indivíduo, mas um segmento social que ocupa uma posição específica e socialmente demarcada entre os membros de uma comunidade.

A seguir, discutimos a especificidade de reprodução das condições econômicas do sistema periférico, identificando os principais elementos dinâmicos do processo de acumulação de capital, bem como a influência de padrões externos para a conformação da sociedade. O atraso na “corrida tecnológica” e a menor difusão intersetorial de inovações acentuam a tendência à divergência entre centro e periferia. A partir daí, analisamos como a emulação desses padrões externos também tem um aspecto social que se difunde para os outros estratos sociais. Assim, o crescimento ocorre sem modificar radicalmente o regime de acumulação vigente, a relação de dependência se torna mais complexa e transcende a esfera de produção material da sociedade e se torna um traço *sui generis* da mesma.

Inserção periférica e crescimento diferenciado

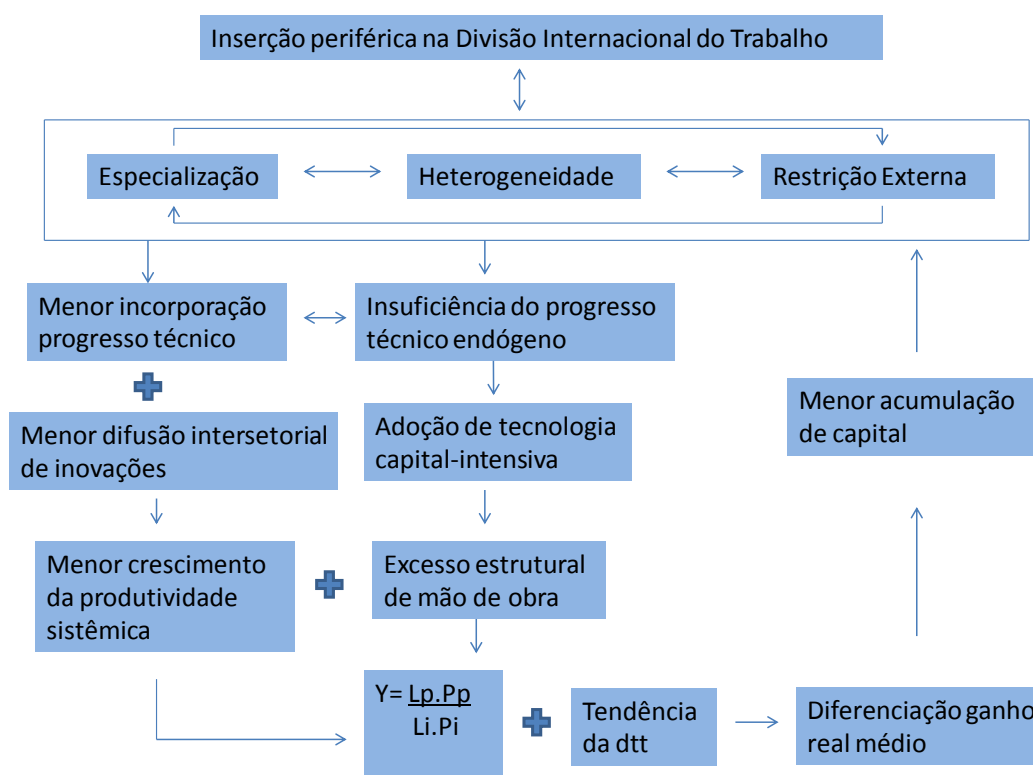
O primeiro ponto a ser destacado ao se tratar da posição periférica de certos países se refere à inserção dos mesmos na Divisão Internacional do Trabalho, com tendência à especialização na produção de bens primários (posteriormente, de menor beneficiamento industrial) e importação de produtos com maior conteúdo tecnológico. A especialização define uma diferença nas taxas de crescimento da produtividade nos setores produtivos, com maior crescimento daqueles relacionados ao comércio exterior em relação ao resto da economia. Essa discrepância nas taxas de crescimento gera a heterogeneidade estrutural na economia, que pode ser entendida como uma diferença dos níveis e das taxas de crescimento da produtividade dos setores que compõem o tecido econômico (PORCILE 2005, CIMOLI et al. 2005). A evolução da produtividade determina os setores que mais crescem, conformando a estrutura ocupacional da sociedade. As atividades produtivas geram padrões de remuneração específicos que, por sua vez, são acompanhados por padrões de consumo particulares. Assim, a estrutura ocupacional é um reflexo do padrão distributivo de uma sociedade, base crucial para a realização da produção.

Dessa forma, conformam-se como características básicas da economia subdesenvolvida a especialização produtiva e a heterogeneidade estrutural. A especialização é fundamental para garantir ganhos de produtividade que possibilitem a competição de mercados internos, mas se não for acompanhada por uma efetiva difusão dessas inovações para outros setores produtivos, acentua a heterogeneidade estrutural. Ambas determinam a estrutura de emprego que acompanha o processo de acumulação de capital.

A heterogeneidade, por sua vez, tem um efeito duplo sobre a acumulação de capital. Como o progresso técnico é mais intenso em alguns setores, o crescimento econômico é setorialmente concentrado, diminuindo a distribuição de renda. A discrepância entre os setores produtivos se manifesta como maior lentidão no processo interno de difusão intersetorial de inovações, acentuando a heterogeneidade. Assim, observa-se que existe uma relação cumulativa que favorece a concentração setorial e a discrepância com relação aos outros setores da economia.

Esses mecanismos se reforçam mutuamente em um processo *path-dependent* que reitera as diferenças estruturais entre os polos econômicos mundiais. Essa dinâmica denota a concepção vebleniana de “causação-cumulativa”, uma vez que os diferentes elementos que compõem o todo interatuam na conformação de um círculo vicioso de evolução da estrutura econômica periférica. O quadro abaixo, elaborado a partir de Rodriguez (2009), procura sintetizar essas características e demonstrar os mecanismos de transmissão entre elas.

Quadro I – Dinâmica de acumulação de capital na economia periférica



Fonte: Elaboração própria a partir de Rodriguez 2009, p. 85

O caráter tardio do desenvolvimento do capitalismo nos países desenvolvidos gerou um padrão de modificação da estrutura produtiva que avançou necessariamente do simples para o complexo (RODRIGUEZ, 2009). As importações sempre tiveram (e ainda têm) papel

central para suprir a demanda interna de consumo e, também, de produção⁴. Uma vez que os produtos importados apresentam maiores elasticidades renda e preço, a capacidade de importar (determinada pelas exportações) é continuamente restringida, diminuindo as possibilidades de diversificação da estrutura produtiva nacional. Assim, a restrição externa também se manifesta como uma característica decorrente da heterogeneidade e da especialização da estrutura produtiva periférica. Ainda que a restrição possa ser contornada temporariamente (aumento substancial dos preços de *commodities*, ou fluxo contínuo de capitais), constitui-se uma característica latente da economia periférica.

Além disso, a estrutura heterogênea tem impactos sobre o ritmo de acumulação de capital e incorporação do progresso técnico, se manifestando em duas escalas. Internamente, o diferencial de produtividade implica em uma concentração crescente da renda e contribui para perpetuar a discrepância intersetorial. Externamente, tendo em vista a inserção na econômica mundial, a especialização em produtos com menos sofisticados gera menor crescimento da produtividade em relação aos países centrais, aumentando a brecha tecnológica e, conseqüentemente, a diferenciação de renda entre centro e periferia.

Dada a existência de grande contingente populacional numa situação de subemprego, o excesso de mão de obra diminui a pressão sobre o crescimento dos salários. Isso gera impactos para a estrutura econômica tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da demanda. Quanto ao primeiro, o maior crescimento da produtividade diminui a pressão dos custos com a mão de obra em relação aos custos totais, favorecendo os lucros. Do lado da demanda, menores ganhos reais tendem a se manifestar como insuficiência da demanda interna, visto que o poder de compra dos trabalhadores cresce em um ritmo mais lento⁵.

É importante ressaltar que esses aspectos apresentam graus distintos de acordo com conjunturas específicas, mas são características comuns entre países subdesenvolvidos, ainda que a diversificação da estrutura produtiva atue no sentido de diminuir essa tendência. Entretanto, mesmo em países com um parque produtivo diversificado como o brasileiro, a tecnologia de produção ainda segue os padrões técnicos desenvolvidos no centro (RODRIGUEZ 2009). O caráter periférico não se refere à existência de um setor industrial consolidado, mas sim à capacidade de gerar tecnologia *up-to-date* (LAMONICA et al. 2011).

⁴ De acordo com a PIA – Empresa 2011, na indústria de transformação como um todo, os custos com matérias-primas representaram mais de 40% dos custos totais das empresas.

⁵ A valorização do salário tende a contornar o problema de insuficiência da demanda, estimulando o processo de acumulação, mas ela só transforma radicalmente a composição estrutural da economia se modificar a participação dos diferentes setores produtivos dentro do tecido industrial.

As inter-relações entre heterogeneidade, especialização, restrição e o crescimento da produtividade têm mecanismos de propagação intertemporal, que ocorre de acordo com a evolução das rendas reais por trabalhador ocupado nos dois polos do sistema centro-periferia. Essa relação é dada pela razão entre as produtividades físicas do trabalho e os respectivos preços dos produtos primários (p) e industriais (i) ($Y = \frac{L_p \cdot P_p}{L_i \cdot P_i}$). De acordo com a expressão, a diferenciação entre os polos ocorre por duas tendências. A evolução da produtividade em ambos os países (L_p/L_i) e o comportamento dos termos de troca (P_p/P_i).

Com relação ao comportamento da produtividade, ao incorporar menos progresso técnico, a especialização implica em menor crescimento da produtividade em países periféricos, diminuindo relativamente a renda real em relação aos países centrais, estabelecendo o primeiro eixo de diferenciação de renda entre os polos.

O segundo eixo se dá pela evolução dos preços relativos. Um dos aspectos que contribui para a menor pressão na periferia é decorrência do excesso de mão de obra, que tende a deprimir o nível salarial médio. Paralelamente, é importante destacar que a diferença nas elasticidades-preço e renda dos produtos periféricos e centrais constitui-se como eixo adicional para a diferenciação de renda (RODRIGUEZ, 2009)⁶. Na medida em que elas são um reflexo das estruturas produtivas, fica clara a importância de uma abordagem dinâmica sobre o processo de acumulação de capital que contemple as restrições à sua continuidade.

No processo de diversificação, a adoção de tecnologias capital-intensivas é crucial na medida em que reforça o excedente de mão de obra na economia e contribui para reiterar a dificuldade para ganhos salariais. A deterioração da relação de preços e o crescimento menos expressivo da produtividade atuam conjuntamente no sentido de diminuir o ganho real médio da periferia em relação ao centro. Ao limitar-se o crescimento da renda, o processo de acumulação de capital tende a arrefecer. Nesse caso, é a situação do Balanço de Pagamentos que determina a capacidade de importação da economia e, conseqüentemente, do seu incremento de produtividade⁷.

Essa breve exposição não procura mostrar detalhadamente o processo de crescimento periférico, mas ressaltar que sua dinâmica apresenta uma tendência intrínseca a se reiterar ao

⁶ O livro de Rodriguez 2009 tem uma explicação detalhada sobre os mecanismos da tendência à deterioração dos termos de troca.

⁷ A inclusão dos fluxos de capitais tende a tornar essa relação mais complexa, mas uma consideração desses mecanismos não modifica a essência da análise em questão.

longo do tempo, acentuando a divergência. A relação de renda (influenciada pelas diferentes taxas de crescimento da produtividade, pelas elasticidades-preço e renda e pela capacidade de diferenciação dos preços) é o mecanismo de transmissão intertemporal da dinâmica de acumulação diferenciada entre os polos do sistema.

A partir deste pano de fundo, procura-se enfatizar que a influência de padrões *externos* na consolidação de características *internas* de produção (efeito-demonstração) tem um papel mais relevante do que o usualmente estabelecido. E isso ocorre porque a emulação inerente ao efeito-demonstração contribui para enraizar socialmente a dinâmica periférica. A consolidação de tecnologia externa delimita as trajetórias possíveis para a estrutura produtiva, e esta coevolui com os padrões de consumo, são socialmente legitimados pela classe ociosa.

Esses padrões são enraizados socialmente por hábitos e convenções, perpassando todos os estratos sociais. Conforma-se uma interação entre a esfera social e a esfera produtiva no processo de desenvolvimento das economias periféricas. Não se procura aprofundar questões referentes à dualidade da estrutura produtiva, uma vez que isso implica na compreensão da relação entre os heterogêneos setores produtivos (Furtado, 1986. p. 141). O objetivo aqui é enfatizar como o efeito-demonstração constitui um aspecto interno central das estruturas sociais, e como o mesmo influi diretamente na reprodução da dinâmica periférica..

O efeito demonstração adquire um papel crucial na evolução da estrutura. O padrão de consumo socialmente estabelecido é determinado a partir da conexão entre as elites locais e externas e tende a se difundir para outros segmentos sociais na medida em que avançam as forças produtivas. Isso gera um direcionamento das rendas dos diferentes estratos sociais para a consolidação de um padrão de acumulação (ditado pela classe ociosa), consolidando um padrão de evolução da demanda interna a partir do maior acesso à bens de consumo.

Furtado (1986) ressalta que as implicações do efeito-demonstração para a dinâmica periférica concentram-se na adoção de padrões de consumo externo que geram importações não essenciais, reforçando a restrição externa, ponto também defendido por Rodriguez (2009). Mesmo que o crescimento da periferia tenha superado a dicotomia básica entre produtos de luxo e matérias-primas, ainda persiste uma diferença significativa entre as estruturas produtivas no que se refere à intensidade tecnológica.

As importações periféricas representam vazamentos de renda que contribuem para aprofundar o processo de acumulação nos países centrais, acentuando as disparidades, pois garante a realização dos produtos centrais e viabiliza a introdução de inovações. Paralelamente, a exportação de bens básicos contribui para diminuir o custo de reprodução da

mão de obra central e/ou das matérias-primas, atenuando pressões inflacionárias nas economias centrais.

Se considerarmos que a acumulação de capital é *path-dependent*, esses vazamentos contribuem para estimular o crescimento no centro, aumentando, conseqüentemente a distância em relação à periferia. A cumulatividade tecnológica inerente aos segmentos manufatureiros (DOSI 1984) garante que a diferenciação se mantenha. Assim, dado que a relação entre acumulação de capital e progresso técnico é cumulativa ao longo do tempo, a própria estrutura do comércio internacional acaba por reforçar a inserção periférica e dependente, acentuando as assimetrias entre países centrais e periféricos.

Outro ponto na análise se refere à adoção de tecnologias de produção gestadas nos países centrais. Este aspecto é, em si, uma decorrência do atraso relativo da estrutura produtiva, pois a importação de máquinas e equipamentos se mostra menos custosa do que a geração endógena de tecnologia. Ocorre que o investimento em segmentos com maior coeficiente capital, além de apresentar menor eficácia na estrutura periférica (RODRIGUEZ, 2009), reforça o excedente estrutural de mão de obra. Assim, observa-se que a importância da influência externa na determinação da dinâmica interna não se restringe aos aspectos de consumo, mas, também, abarca a dimensão produtiva.

A análise até então procura demonstrar aspectos econômicos do processo de acumulação de capital. Entretanto, essa dinâmica transcende a esfera econômica, de modo que a legitimidade de padrões externos tende a se enraizar nos diferentes estratos sociais, com impactos adicionais sobre as possíveis trajetórias de crescimento. Nesse sentido, recorre-se à contribuição de Veblen para compreendermos o conceito de emulação e como ele representa um caráter intrínseco da dinâmica social (e produtiva) nos países periféricos. Para tanto, passamos a discutir como a emulação é fundamental para o processo de estratificação social.

Consumo conspícuo, emulação e diferenciação social

De acordo com Veblen (1899), a emulação pode ser caracterizada como “um estímulo para o esforço direcionado no sentido de diferenciar-se em relação àqueles que estão no mesmo entorno social” (p. 64). Ela induz uma segmentação social a partir de estratos que servem como referência para a comunidade dentro de um padrão cultural estabelecido. Nesse contexto, a propriedade privada adquire um papel central, visto que ela sinaliza a

diferenciação. A demonstração de riqueza, ao colocar em evidência o proprietário, constitui o eixo de segmentação da estrutura social.

“The motive that lies at the root of ownership is emulation; and the same motive of emulation continues active in the further development of the institution to which it has given rise and in the development of all those features of the social structure to which this institution of ownership touches. The possession of wealth confers honor; it is an invidious distinction.” (VEBLEN, 1899 p. 17)

A propriedade privada torna-se a evidência *socialmente reconhecida e legítima* de reputação, o instrumento de diferenciação com relação aos outros estratos sociais. Aqueles que não a possuem são discriminados e estimulados a direcionar seus esforços para obtê-la com o intuito de equalizar-se. É nesse sentido que se manifesta a comparação injusta (invidious comparison), a mensuração e valorização dos indivíduos de acordo com o conjunto de costumes sociais estabelecidos. É uma comparação pejorativa que tem acaba por diferenciar e segmentar os estratos sociais de uma comunidade. Assim, a emulação torna-se, em si, um motivo para a acumulação crescente, ainda que não seja o único. Seu efeito tem duplo sentido. Uma minoria busca continuamente diferenciar-se ao mesmo tempo em que uma maioria almeja essa posição social diferenciada.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a emulação adquire um caráter fortemente pecuniário, associado à posse e consumo de produtos (Veblen 1899). A busca pela diferenciação induz o melhoramento e/ou a criação de novos produtos, tornando-se um combustível para o desenvolvimento da produção. Paralelamente, a posterior difusão deste padrão como referência social representa uma demanda latente para o aumento da produção, realizando as mercadorias e legitimando o processo de acumulação.

Veblen denomina o estrato superior da estrutura social como “classe ociosa”, aquela que ostenta sua propriedade. Os produtos são desejados não só pelo seu valor de uso, mas como sinalizadores da posse de riqueza.

Dessa forma, configura-se uma estratificação social na qual a classe ociosa ocupa papel central, utilizando-se do consumo conspícuo para se diferenciar frente à comunidade. Seu comportamento e seus padrões de consumo se difundem para os diferentes estratos, em um processo no qual os indivíduos em cada estrato tendem a se tornar referência para o estrato imediatamente inferior, em um efeito-dominó que perpassa todas as classes (p. 52). É nesse sentido que o consumo pecuniário de bens se manifesta como um instrumento de

diferenciação social. Nesse processo, a emulação constitui o elemento dinâmico central, estimulando a diferenciação/difusão dos padrões estabelecidos pela classe ociosa. As formas de expressão das preferências assumem características próprias em diferentes regimes de organização da produção, mas não deixa de ser uma característica intrínseca da vida social. Nesse sentido, na seção seguinte procuramos identificar como esses traços essenciais se manifestam na periferia.

Padrões externos e diferenciação social interna

É complexo identificar precisamente a formação e a composição da classe ociosa em na periferia, uma vez que a consolidação dessas sociedades é permeada por uma mistura de culturas e etnias diferentes, incorporando interesses e percepções distintas (e possivelmente conflitantes). Classificá-la identicamente às classes exportadoras (que detém a maior parte do poder econômico) é reduzir a importância de elementos não econômicos na formação das elites locais, uma vez que a formação do Estado antecedeu a consolidação de uma elite econômica na maioria desses países.

O elo inicial entre a elite externa e uma classe socialmente diferenciada dentro do país remonta à categoria de estamento burocrático de Faoro (1973). Este é caracterizado como um corpo burocrático estabelecido por um poder central, que detém privilégios juridicamente legitimados e atua para resguardar os interesses da estrutura de poder que lhe confere status local. A cooptação é um elemento chave dessa relação, uma vez que a concessão do privilégio está irremediavelmente ligada à manutenção do poder. Ainda que exista certa correspondência entre as elites políticas e econômicas, o desenvolvimento do modo capitalista de produção afeta a distribuição de riqueza, aumentando a importância da elite econômica⁸.

Independente dessa relação de forças entre elite política e econômica (que tende a mudar ao longo do tempo), o estabelecimento do padrão de referência da sociedade periférica é determinado por estes segmentos e posteriormente difundido para a população. Dessa forma, consolida-se um padrão que é socialmente legítimo. A diferença presente na periferia é que o referencial é absorvido mediante o contato com as elites centrais. Padrões externos

⁸ Ainda que existam contradições entre as esferas políticas e econômicas, o fato de que ambas constituem a parte mais abastada da sociedade atua na convergência de interesses (mesmo que apenas parcialmente).

são internalizados a partir dessa relação e tendem a se difundir para o restante da sociedade.

Na concepção de Furtado:

“Desenvolvimento periférico passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso técnico... O principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de alta renda, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população.” P 182

Esse trecho deve ser analisado por sua abrangência dupla de consumo e produção. A classe ociosa estabelece o padrão de consumo socialmente desejado, definindo o perfil da demanda, que, em um primeiro momento, é restrito à este grupo. A internalização de atividades produtivas visando suprir esta demanda se materializa como a adoção de um padrão de produção desenvolvido externamente. Dessa forma, determinam-se, concomitantemente, os padrões de consumo e de acumulação de capital. A consolidação de ambos ocorre a partir da difusão do padrão de consumo legitimado como preferível para outros estratos sociais. Considerando o caráter heterogêneo da estrutura produtiva local, juntamente com o caráter cumulativo do processo de acumulação de capital (tanto do centro quanto da periferia), a divergência entre as estruturas produtivas tende a se perpetuar ao longo do tempo, assim como seus impactos sobre as rendas reais de ambos os polos.

Neste processo a emulação entre a elite interna e a externa é o mecanismo social pelo qual se manifesta e se perpetua a relação centro-periferia. Na periferia, a classe ociosa local é o epicentro do processo de difusão do padrão de consumo, possível a partir do crescimento econômico. A disseminação da produção faz com que os bens de luxo se tornem parte da cesta de consumo da população, em um processo de diferenciação contínuo, que afeta todas as classes e tende a aumentar as necessidades individuais. Nas palavras de Veblen:

“But as fast as a person makes new acquisitions, and becomes accustomed to the resulting new standard of wealth, the new standard forthwith ceases to afford appreciably greater satisfaction than the earlier standard did. The tendency in any case is constantly to make the present pecuniary standard the point of departure for a fresh increase of wealth; and this in turn gives rise to a new standard of

sufficiency and a new pecuniary classification of one's self as compared with one's neighbors" P. 20

A emulação possibilita a diferenciação social entre indivíduos dentro de uma comunidade. Assim, as preferências externas tornam-se a base para a valorização pessoal, fundamentada em padrões pecuniários de consumo que legitimam os modelos externos como superiores e têm impactos sobre a conformação das estruturas produtiva e de consumo. Esse processo gradualmente se difunde para outros estratos em um efeito dominó que tende a consolidar os padrões vigentes.

Ainda que os motivos pecuniários sejam observados com maior evidência nas preferências de consumo, a influência dos padrões externos não se restringe à essa esfera. Também é possível observar que a emulação se manifesta no processo de acumulação de capital dos países subdesenvolvidos, visto que na conformação do tecido produtivo desses países nota-se a predominância de tecnologia externa como parte central do progresso técnico. Essa conformação é um reflexo do próprio processo de emulação, que tende a legitimar a adoção de uma tecnologia desenvolvida externamente e que, por ser capital-intensiva, acaba por reforçar o excesso de mão de obra. Assim, conforma-se uma rede de interações que atua cumulativamente na divergência entre as estruturas econômicas, com reflexos negativos sobre o crescimento das economias periféricas.

A importação de tecnologia inibe (mesmo que parcialmente) o desenvolvimento técnico interno, manifestando-se como um entrave adicional à incorporação de progresso técnico na periferia. Os padrões de consumo consolidam um regime de acumulação de capital que é especializado e heterogêneo. A menor capacidade de geração de inovações juntamente com a maior dificuldade de difusão tecnológica intersetorial acentua a divergência de produtividade entre as economias centrais e periféricas.

Considerações Finais

A incorporação da emulação na análise do processo de reprodução dos países periféricos implica uma qualificação dos seus determinantes endógenos e dinâmicos, uma vez que ela estimula um processo de diferenciação social no qual o consumo conspícuo tem papel central como sinalizador da riqueza pessoal. Neste sentido, como foi salientado na introdução, consideramos relevante incorporar algumas noções de Veblen que permitem

estabelecer um nexo entre os padrões de desenvolvimento e a moldura institucional. Esta é formada a partir dos hábitos, do consumo conspícuo e dos padrões de comportamento dos indivíduos. É isto que permite afirmar que a posse de certos bens confere *status* socialmente legitimado, em um processo no qual a classe ociosa constitui o epicentro da difusão de padrões socialmente preferíveis para os outros estratos sociais. A emulação tende a se espalhar por toda a sociedade e ocorre em um sentido duplo: os segmentos superiores procuram se diferenciar enquanto o restante da população busca se igualar.

No que se refere à economia periférica, a classe ociosa local constitui o elo entre o ambiente externo e o interno e tem o papel de difundir os padrões socialmente legítimos na sociedade subdesenvolvida. A diferenciação se dá pela internalização de padrões de consumo definidos de forma autônoma pelo centro. A elite local mantém seu caráter associado, ainda que consiga aumentar quantitativamente.

Mesmo que essa relação seja mais facilmente observada na esfera de consumo, ela também se estende à esfera produtiva, de modo que a adoção de tecnologias externas gera impactos para a conformação industrial. A especialização e a heterogeneidade contribuem para manter (e acentuar) as discrepâncias das taxas de crescimento da produtividade e, também, a menor difusão intersetorial das inovações. Nesse sentido, o excedente de mão de obra diminui a pressão sobre o crescimento salarial, ao passo que a adoção de técnicas capital-intensivas implica a inadequação das escalas de produção e a menor eficácia da utilização dos fatores produtivos.

A relação de comércio entre os polos do sistema centro-periferia estimula a acumulação de capital no centro (tanto pelo barateamento de produtos básicos e matérias-primas, quanto pelo estímulo ao processo de acumulação de capital), contribuindo para o desenvolvimento técnico e aumentando a divergência tecnológica frente aos países periféricos. A internalização dos padrões produtivos do centro acaba por determinar o regime de acumulação das economias periféricas.

Dessa forma, o efeito-demonstração (que é uma decorrência direta da emulação), é uma característica dinâmica crucial para se compreender o processo de crescimento das economias periféricas. Sua influência se manifesta no sentido enraizar e legitimar socialmente convenções acerca de padrões preferíveis de consumo e produção. A estrutura de consumo valida a conformação da estrutura produtiva e, conseqüentemente, as trajetórias tecnológicas possíveis (determinadas pelo paradigma tecno-econômico desenvolvido no

centro). Assim, a relação de dependência modifica a sua forma de expressão, mas mantém sua essência.

A abordagem defendida procura estabelecer um nexo teórico entre o processo de acumulação de capital na periferia e a contribuição do institucionalismo para a conformação da estrutura social, em especial da reinterpretação da análise vebleniana da emulação e sua tendência à estratificação social. A interação entre agente-estrutura - ou a interpretação do nexo metodológico entre a parte e o todo, ou ainda, a fundamentação entre o nexo micro-macro -, tantas vezes reiterada, mas que se agora parece percorrer uma linha interpretativa mais consistente, vem abrindo uma nova agenda de pesquisa com a perspectiva analítica evolucionária, cuja contribuição dos institucionalistas, a partir dos escritos de Veblen não pode ser negligenciada.

Referências Bibliográficas

DOSI, G (1984). **Mudança Técnica e Transformação Industrial**: A teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

FAJNZYLBBER, F. A empresa internacional no processo de industrialização da América Latina. In: SERRA, J. **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. São Paulo: Paz e Terra. 1976

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986

HODGSON, G. (2006) **Economics in the Shadows of Darwin and Marx**: Essays on Institutional and Evolutionary Themes, Edward Elgar, Cheltenham.

——— (2006a) “What Are Institutions?” **Journal of Economic Issues** 40.1: 1-25.

——— (2007a) “The Revival of Veblenian Institutional Economics,” **Journal of Economic Issues** 41.2: 325-340.

——— (2007) “Peripheral Vision Institutions and Individuals: Interaction and Evolution”. **Organization Studies** 96 28(1). Downloaded from <http://oss.sagepub.com> at University of Athens on February 6/2013.

RODRIGUEZ, O. (2009) **O Estruturalismo Latino Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

VEBLEN, T. (1899) **The Theory of the Leisure Class**. New York: Cosimo Classics.